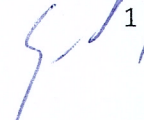
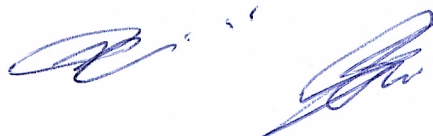
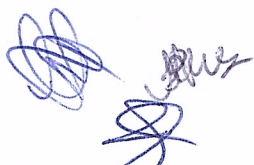


**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE POLÍTICA DE
ASSENTAMENTO RURAL – CPA, REALIZADA NO SALÃO NOBRE DO
PALÁCIO DO BURITI, NO DIA 17 DE JANEIRO DE 2013 AS 10:00 HORAS.**

1. A primeira reunião do Conselho de Políticas de Assentamento Rural -CPA foi presidida pelo Conselheiro Titular Representante do Poder Executivo e Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal, Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago, que iniciou a atividade destacando os objetivos do CPA e a pauta da reunião, a saber: 1) Regimento Interno do CPA; 2) Plano de Trabalho do CPA; 3) Fluxo de Funcionamento do PRAT.
2. Os conselheiros, titulares e suplentes presentes receberam, para apreciação e subsídio a proposta construída pelos órgãos do Governo de minuta de Regimento Interno do CPA, Minuta do 1º Plano de Trabalho e Cronograma de atividades do Conselho e Fluxo de funcionamento do PRAT.
3. Ao apresentar o Plano de Trabalho proposto, o Conselheiro Gustavo Ponce ressaltou que o cronograma de atividades proposto está com uma agenda exaustiva para os dois primeiros meses de funcionamento do Conselho, para que na primeira semana de Março esteja formatada a minuta de Decreto que regulamenta o PRAT, possibilitando que a partir da publicação do mesmo o Conselho possa se dedicar à acompanhar a regularização das áreas propícias para a criação de assentamentos.
4. Ficou acordado que os documentos apresentados serão aprovados na 2ª reunião ordinária do Conselho, marcada para o dia 24 de janeiro, devendo os Conselheiros que tenham sugestões de alteração no material entregue enviar suas contribuições para o email do Conselheiro Suplente Representante do Poder Executivo e Coordenador Adjunto de Articulação Intergovernamental da Secretaria de Estado de Governo, Jean Lima, responsável por atualizar os documentos em conformidade com as sugestões que vierem a ser encaminhadas.
5. A Convidada representante da Coordenadoria de Assuntos Jurídicos da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, Danielle Siqueira, ressaltou que devido às exigências do Termo de Cooperação assinado com o MDA e INCRA no dia 21 de dezembro de 2012, o Fluxo do PRAT deve prever a anuência do INCRA em todos os momentos decisivos do processo de regularização dos assentamentos, como no processo de publicação do edital de seleção de famílias e na elaboração dos Planos de Desenvolvimento do Assentamento e nos Planos de Uso Familiares.
6. O Conselheiro Titular representante de Fórum de Entidades Agrárias e líder do MST, Thiarlys da Conceição Costa, manifestou preocupação com a demora no processo de regularização das áreas reivindicada pelos movimentos e sobre o papel dos movimentos sociais no processo de definição e consulta de temas apresentados pelo Governo. O Conselheiro Titular também representante de Fórum de Entidades



1

Agrárias e líder da FETRAF DF, Francisco Miguel de Lucena, referendou a preocupação apresentada, porém elogiando o trabalho desenvolvido, ressaltando que a celeridade de regularização das áreas não deve comprometer a qualidade dos projetos de assentamentos a serem desenvolvidos. Disse ainda que o CPA deverá debater os critérios ambientais para a criação dos assentamentos, estudando a possibilidade de emissão de certificados que garantam o baixo impacto ambiental dos assentamentos, possibilitando que sejam beneficiadas famílias que estão acampadas em áreas de grande relevância ambiental, como é o caso dos acampamentos localizados em áreas da Floresta Nacional – FLONA. Também destacou alguns acampamentos localizados em áreas de propriedade da União.

7. O Conselheiro Jean Lima ressaltou que a regulamentação da lei 1572/1997 inicialmente irá interferir apenas nas áreas de propriedade da Terracap, continuando as áreas de domínio da União sendo regularizadas pelo processo tradicional de repasse das áreas para o INCRA criar os assentamentos. O Conselheiro ressaltou ainda que se pretende com a regulamentação do PRAT é aliar celeridade com transparência e qualidade na criação dos assentamentos, e que embora seja necessário o cumprimento de várias etapas no processo de regularização, é possível que estas áreas sejam regularizadas em um prazo de 6 meses após o pedido inicial de disponibilidade da área.
8. O Conselheiro Jean Lima destacou a presença da Secretaria Geral do IBRAM, Renata Fortes, como convidada na reunião do CPA, destacando que o órgão tem atuado como parceiro do GDF nas políticas de assentamento, e que o órgão está participando ativamente das reuniões de Governo no que tange aos debates e deliberações sobre a regulamentação do PRAT, visando garantir a construção conjunta do Programa com o órgão ambiental responsável.
9. A Secretaria Geral do IBRAM Renata Fortes, presente na reunião, se manifestou dizendo que o IBRAM está comprometido com a celeridade dos processos, e que a participação do órgão durante todo o processo de regulamentação do PRAT é fundamental para garantir que os futuros processos sejam instruídos da maneira correta, evitando demoras por motivos meramente burocráticos como a falta de documentação obrigatória. Em consonância com a fala da convidada, o Conselheiro Gustavo Ponce disse que o Governo está fortemente comprometido com a transparência e eficácia dos processos e que não serão admitidos erros materiais dos órgãos de governo que impeçam o correto andamento dos processos de regularização das áreas objeto do PRAT.
10. O Conselheiro Titular representante do Poder Executivo e Presidente da TERRACAP, Antônio Carlos Rebouça Lins, manifestou sua concordância com o material apresentando, elogiando a condução dos trabalhos e o rigor técnico adotado pelos órgãos de governo.

11. A seguir, o Conselheiro Francisco Miguel de Lucena solicitou a disponibilização eletrônica de todo material entregue em meio físico, bem como a lista de contatos dos conselheiros titulares e suplentes.
12. O Conselheiro Gustavo Ponce informou que todo o material será disponibilizado em formato eletrônico, em conjunto com a presente ata, para que sejam aprovados na 2ª reunião ordinária. Além disso, informou que na proposta de Regimento Interno apresentada, toda a documentação produzida e aprovada pelo CPA deve obrigatoriamente ser publicada no DODF e disponibilizada no endereço eletrônico da Secretaria de Estado de Agricultura. Em concordância com o exposto, o Conselheiro Suplente representante da Secretaria de Estado de Agricultura e Subsecretário de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, Marcelo Burguez Pires, informou que já está sendo providenciado o link na página oficial da Secretaria de Agricultura para a publicação da documentação do CPA.
13. O Conselheiro Gustavo Ponce declarou encerrada a reunião reforçando a data da próxima reunião ordinária, a ser realizada no próximo dia vinte e quatro, do corrente mês, no mesmo horário e local da presente reunião. O Presidente Informou também, as datas das demais reuniões ordinárias, solicitando que os conselheiros reservem as datas em suas agendas: 31/01/2013 (trinta do mês de janeiro do ano de dois mil e treze); 21/02/2013 (vinte e um do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze); 28/02/2013 (vinte e oito do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze); e 01/03/2013 (primeiro do mês de março do ano de dois mil e treze).

Ata lavrada por Grace Luana Amorim Homem Leal, Assessora Técnica da Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, da Secretaria de Estado de Agricultura do Distrito Federal.

Conselheiros Presentes:


GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO

Conselheiro Titular Representante do Poder Executivo

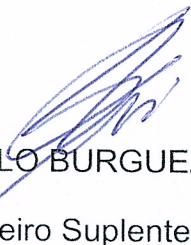
Secretário de Estado de Governo



JEANSLEY CHARLLES DE LIMA

Conselheiro Suplente Representante do Poder Executivo

Coordenador Chefe Adjunto de Articulação Intergovernamental – SEGOV



MARCELO BURGUEZ PIRES

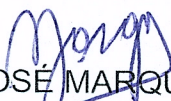
Conselheiro Suplente Representante do Poder Executivo

Subsecretário de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário – SEAGRI

ANTÔNIO CARLOS REBOUÇA LINS

Conselheiro Titular Representante do Poder Executivo

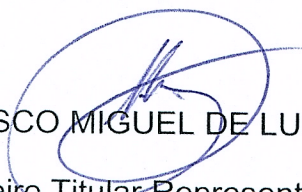
Presidente da TERRACAP



MOISES JOSÉ MARQUES

Conselheiro Suplente Representante do Poder Executivo

Diretor de Regularização de Imóveis Rurais – TERRACAP



FRANCISCO MIGUEL DE LUCENA

Conselheiro Titular Representante do Fórum de Entidades Agrárias

Líder da FETRAF DF

THIARLYS DA CONCEIÇÃO COSTA



Conselheiro Titular Representante do Fórum de Entidades Agrárias

Líder do MST DF

Ana Paula Sampaio Alves

ANA PAULA SAMPAIO ALVES

Conselheiro Suplente Representante do Fórum de Entidades Agrárias

Líder do MTD DF

ANTÔNIO JÚLIO NOGUEIRA DA SILVA

Conselheiro Titular Representante do Fórum de Entidades Agrárias

Líder do MATR DF

Antônio Júlio Nogueira da Silva

IVANILDE MARIA DE JESUS

Conselheira Suplente Representante do Fórum de Entidades Agrárias

Líder da UNIBRÁS

JOSE MARIO SILVA DE SOUZA

Suplente

COORDENADOR GERAL do MBST
MOV. BRASILEIRO dos Sem Ferra